



Processo: 29.867/2013 (2 volumes e 1 anexo)

Interessada: Polícia Militar do DF

Assunto: Auditoria de Regularidade

Ementa: Auditoria de regularidade. PGA 2013. PMDF. Decisão 77/07. Correções *a posteriori*. Ilegalidades. Folha de pagamento de inativos e pensionistas. Duplicidade de pagamento da etapa alimentação. Remessa do relatório à jurisdicionada, com base no art. 41, § 2º, da LC 1/94 (Decisão 1254/2014 – fls. 206). Determinações e recomendações (Decisão 395/2015 – fls. 258/261). Manifestação da PMDF. Cumprimento parcial da diligência. Pedido de prorrogação de prazo.

Senhor Secretário,

Trata o presente processo de auditoria de regularidade levada a efeito na Polícia Militar do DF, em atendimento ao Plano Geral de Ação para o exercício de 2013, objetivando verificar a regularidade dos pagamentos efetuados a militares inativos e pensionistas (Decisão 77/07) e o cumprimento das providências determinadas pela Corte em decisões com correção posterior, além de pagamentos de auxílio-alimentação.

2. Na Sessão de 12.2.2015, o Tribunal prolatou a Decisão 395/2015, determinando a adoção de providências por parte da auditada (fls. 258/261).

3. A PMDF encaminhou ao Tribunal o Ofício 718/2015-AT/DGP (fls. 266/293) se pronunciando quanto aos itens II, alíneas “b” e “c”, e III, alínea “f”, da mencionada decisão.

4. Informa, quanto ao item II.b (*determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias: ... b) juntamente com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei, tendo em conta que o servidor Antônio Haroldo Camelo da Silva continua percebendo auxílio-alimentação em duplicidade, dando ciência ao Tribunal das medidas adotadas*) que “foi expedido ofício n 492/2015 datado de 11 de março 2015, à Secretaria de Saúde, informando a opção pelo recebimento do auxílio alimentação da PMDF, para conhecimento e imediato cancelamento, em conformidade com a nota de auditoria nº 002-29.867/2013” (fls. 267 e 269).

5. De fato, em consulta ao SIGRH constata-se que a partir do mês 03/2015 o servidor deixou de perceber na Secretaria de Saúde a referida parcela (fls. 294).



6. No que se refere ao item II.c (*determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias: ... c) juntamente com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de averiguar: c.1) a regularidade da acumulação dos cargos exercidos pelo servidor Rivaldo Plínio dos Santos, à vista do disposto no art. 37, XVI, da CF/88, sem prejuízo de conceder ao servidor a oportunidade de defesa; c.2) a percepção cumulativa de auxílio-alimentação, dando ciência ao Tribunal das medidas adotadas*) consigna a jurisdicionada que “foi expedido ofício nº 584/2014, em fevereiro de 2014, para Secretaria de Educação, informando a opção pelo recebimento do Auxílio Alimentação da PMDF, para conhecimento e imediato cancelamento, em conformidade com a nota de auditoria nº 002-29867/2013”. Consigna, ainda, “que o policial em questão passou para Reserva Remunerada em outubro de 2014, sendo que nesta condição não é pago o auxílio-alimentação” (fls. 267, 270).

7. Além disso, foi encaminhado ao Tribunal termo subscrito pelo referido servidor, optando pelo cargo na PMDF (fls. 292/293), após indicativo de que seria instaurado Procedimento de Opção de Cargo, tendo em conta a vedação constitucional da acumulação de proventos da inatividade com vencimentos da ativa (fls. 287).

8. Quanto ao auxílio alimentação, consta do SIGRH que a parcela deixou de ser paga pela Secretaria de Educação em abril/2015 (fls. 295). Esse, todavia, deixou de ser o cerne da questão, considerando que o termo de opção pelo cargo na PMDF data de janeiro/2015 (fls. 295), após o que, nem a remuneração poderia ter sido percebida pelo servidor na SE/DF.

9. No tocante ao item III.f (*determinar, ainda, à Polícia Militar do Distrito Federal que, no mesmo prazo, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no que se refere às impropriedades de que cuidam os Quadros II e III (fls. 124/128 do Relatório de Auditoria 10/2013), enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, sem prejuízo de inserir no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas: ... f) justificar, em bases legais, a disponibilização de conta corrente agregada à Divisão de Pagamento de Pessoal e Previdência – DPPP/PMDF para o depósito de pagamento dos militares ANDRÉ LUIZ MOSCOSO SILVA, IVAN BARBOSA REBOUÇAS E MAURO GONÇALVES DOS ANJOS, nos moldes apresentados na alínea anterior, esclarecendo as movimentações financeiras efetuadas na referida conta, conforme explanado nos parágrafos 36/37 da instrução*), a PMDF consigna que: i) no caso do Sr. André Luiz, em virtude de processo de deserção foi alterada sua conta corrente para a tesouraria, por solicitação do Departamento de Controle e Correição-DCC (Ofício 3417/2013-DPJM/DCC), fls. 268 e 272; ii) no caso do Sr. Ivan Barbosa, a medida se deu também por solicitação do DCC (Ofício 1743/2013-DPJM/DCCC) pelo fato de o servidor não ter se apresentado para cumprimento do mandado de prisão 14/2013, expedido pela 3ª Turma Criminal do TJDF (fls. 268 e 283); iii) quanto ao Sr. Mauro Gonçalves, “para retenção e divisão do salário do policial em tela, a operação foi e está sendo realizada na conta da tesouraria”, por determinação da 1ª VFOS, em ação de interdição (Processo 1999.04.1.006104-9), fls. 268, 271 e 273/282.



10. Em relação ao tema, a PMDF conclui que *“não existe amparo legal para a realização de pagamento vinculado à conta corrente da Diretoria de Pagamento de Pessoal e Previdência”*, de modo que *“a seção de controle contábil emitiu um memorando informativo à seção de pagamento explicando a ilegalidade da conta corrente e sua manutenção, para que fossem adotadas as providências necessárias para a devida regularização”* (fls. 268 e 284/286).

11. Em que pese a manifestação da PMDF no que se refere à extinção da conta corrente bancária vinculada à DPPP, não constam informações adicionais quanto à efetivação da medida nem quanto às providências que serão adotadas nas hipóteses de retenção de remuneração de servidores, o que deve ser questionado à jurisdição.

12. A par da manifestação da PMDF ora em exame, consta dos autos o Ofício 469/GCG (fls. 264/265) em que a Corporação solicita dilação do prazo para complementar o atendimento da diligência, alegando excesso de demanda no setor competente para tal. Em nosso entendimento, nada obsta ao deferimento do pleito.

13. Feitas essas considerações, sugerimos por que o colendo Plenário:

- I. tome conhecimento da instrução, bem assim dos documentos de fls. 264/295, tendo por parcialmente atendidos os itens II.b, II.c, III.f;
- II. defira a prorrogação de prazo de 60 (sessenta) dias, solicitada pela PMDF para o atendimento integral da Decisão 395/2015, ressalvadas os itens mencionados anteriormente;
- III. determine à Secretaria de Educação que, juntamente com a PMDF, esclareça a manutenção do cargo do servidor Rivaldo Plínio dos Santos, matrícula 00574775, no cargo de Agente de Gestão Educacional – Vigilância (SE/DF), tendo em conta que fez opção pela percepção da remuneração da reserva na PMDF, adotando providências quanto ao ressarcimento dos valores percebidos indevidamente;
- IV. determine à PMDF, relativamente ao item III.f da Decisão 395/05, que informe as providências adicionais no que se refere à noticiada extinção da conta corrente bancária vinculada à DPPP;
- V. autorize o retorno dos autos à SEFIPE, para as providências subsequentes.

À consideração superior.

Brasília-DF, 1º de junho de 2015.

André Vitor Lopes

Diretor da Divisão de Fiscalização de Pessoal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC B74BF6F0

Proc 29867/2013

Fls.: 299

Proc:
29867/2013

Senhor Relator,

De acordo com o despacho supra, submeto os autos à elevada consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 1º, inciso III, alínea “c”, da Resolução nº 140, de 13 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Resolução nº 174, de 16 de maio de 2006.

Brasília-DF, em de junho de 2015.

SEBASTIÃO CAL DE MIRANDA
Secretário de Fiscalização de Pessoal